

## Macroeconomia

# Política fiscal: evolução recente

Rogério Mori\*

A CRISE econômica e financeira recente, cujo epicentro é a economia norte-americana, provocou uma brutal desaceleração do ritmo da atividade nos EUA e nas demais economias ao redor do mundo.

No caso da economia brasileira, esse fenômeno não foi diferente. O Produto Interno Bruto (PIB) do último trimestre de 2008 sazonalmente ajustado recuou 3,6% em relação ao trimestre anterior e o resultado do primeiro trimestre de 2009 não apresentou uma trajetória muito distinta, com um recuo de 0,8% na mesma comparação.

Claramente, os sinais recentes indicam uma melhora na margem dos indicadores da atividade econômica. Nesse contexto, a produção industrial brasileira, medida pelo IBGE, registrou crescimento nos últimos meses. Assim, a produção industrial brasileira dessazonalidade de maio cresceu 1,3%, representando o quinto mês consecutivo de alta desde a queda verificada a partir do acirramento da crise em meados do ano passado.

A retração do produto internacional e brasileiro tem múltiplas dimensões, afetando não apenas o emprego e a renda, mas também outros aspectos da economia. O lado das contas externas, por exemplo, também foi afetado nesse processo, em uma dinâmica que tem influenciado tanto o lado das exportações brasileiras (por conta dos efeitos do produto global) quanto do lado das importações (por conta da retração do produto brasi-

leiro). Assim, os efeitos têm se feito sentir do lado da balança comercial nesse momento nas duas dimensões.

Um aspecto importante relativo aos efeitos recentes diz respeito aos impactos fiscais da retração econômica. A reação da política fiscal no último trimestre do ano passado foi mais imediata do que a da política monetária, uma vez que o processo de flexibilização da política monetária começou apenas no início de 2009; as ações no sentido de reduzir alguns impostos tiveram efeitos concretos sobre a produção e venda de alguns setores específicos, contribuindo para a retomada da atividade econômica nos primeiros meses do ano.

No entanto, a crise também gerou outros impactos sobre o lado fiscal, sendo o principal deles a queda da arrecadação. Sob essa perspectiva, a arrecadação da União (excluindo-se as receitas previdenciárias) caiu 5,6% no período janeiro a junho de 2009 relativamente ao mesmo período do ano passado. As maiores quedas têm ficado por conta do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, em grande medida por conta dos incentivos fiscais concedidos a determinados setores para estimular a sua recuperação diante dos efeitos da crise. Porém, outras fontes de arrecadação também registraram queda no período, como foi o caso da Cofins (-9,14%), do PIS/PASEP (-4,6%) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - (-0,6%). Essas quedas refletem, em grande medida, a retração

na atividade econômica no período e o efeito sobre a arrecadação federal.

Do lado das despesas, no entanto, nenhum esforço maior tem sido feito do lado do governo federal no sentido de tentar promover maiores ajustes ante a queda verificada na arrecadação e preservar o superávit primário. As despesas do Governo Central registraram crescimento de 18,6% no período janeiro a maio de 2009 em relação ao mesmo período do ano passado. A conjugação desses elementos levou a uma queda significativa do superávit primário: no período de janeiro a maio de 2008, o Governo Central registrou superávit de R\$ 53,5 bilhões (4,7% do PIB) e no mesmo período desse ano o superávit registrado foi de apenas R\$ 19,3 bilhões (1,6% do PIB). Tão marcante quanto esse fenômeno é o fato de que grande parte da expansão dos gastos ocorreu do lado dos gastos com pessoal (22,6%) e custeio e capital (22,4%). Em outras palavras, grande parte dos aumentos dos gastos veio por conta do crescimento das despesas correntes e não dos investimentos, o que seria mais recomendável na situação atual.

Sob essa lógica, fica claro que o resultado das contas públicas em 2009 será significativamente inferior ao verificado no ano passado, refletindo, em grande medida, os efeitos da crise econômica no período. ■

\* Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)